

Quércia e Moreira tacham texto de casuístico

JBR P.6 22-9-87 ANC X

São Paulo — O último projeto de Constituição, apresentado no fim de semana pelo relator Bernardo Cabral, não agradou aos gover-



ADORES Orestes Quércia (SP) e Moreira Franco (RJ), que o consideraram "lamentável politicamente", "casuístico" e com "falhas graves". Esse foi o principal assunto discutido pelos dois, por mais de duas horas, no Palácio dos Bandeirantes. Os dois manifestaram-se favoráveis às propostas da reforma tributária, mas condenaram a implantação do parlamentarismo e a realização de eleições em dois turnos, sendo que no segundo seriam indiretas. Diante disso, deixaram clara sua disposição em trabalhar com os demais governadores, junto aos constituintes, para a manutenção do regime presidencialista e a implantação de eleições diretas nos dois turnos.

Defendendo a necessidade de se fixar uma data para o fim do período de transição, Moreira Franco manifestou-se totalmente contrário à implantação do parlamentarismo, sem que a população tenha a possibilidade de defender sua posição e preferência: "Nós somos presidencialistas, porque já se votou por esse regime. Não foi um acordo entre elites ou uma decisão de poucos. Há 23 ou 24 anos, foi convocado um plebiscito e quase que a totalidade dos eleitores da época optou pelo presidencialismo".

Diante disso, Moreira Franco continua defendendo a sua tese de que agora a população também deve ser consultada, através de um plebiscito a ser convocado logo após a promulgação da nova Constituição: "Se por ventura a Constituinte optar pelo parlamentarismo, mas por um problema de natureza ética do que propriamente política, me parece uma imposição a convocação de um plebiscito, para que o povo delibere se quer ou não mudar a forma de Governo".

Reunião

De qualquer forma, Moreira Franco pretende defender seus pontos de vista em uma reunião com todos os governadores do PMDB, marcada inicialmente para a primeira quinzena de outubro. Além das propostas contidas no projeto de Bernardo Cabral, Moreira Franco quer ainda discutir o PMDB e seu futuro: "Em primeiro lugar, acho que o PMDB precisa definir uma data para o fim

do período de transição. Não tem cabimento termos como referência as coisas que aconteceram no passado. O PMDB precisa definir quem são seus amigos, seus aliados e seus adversários. Ele precisa definir ainda propostas futuras, em termos de economia, social, política pública, distribuição de renda, políticas industrial e agrícola. Tem de haver uma definição programática e ideológica. E ainda fazer uma avaliação de suas alianças".

E, para Moreira Franco, o período de transição poderia se encerrar quando a nova Constituição fosse promulgada, ressuscitando, entretanto, a necessidade de se retirar do projeto de Cabral "os vícios do regime autoritário". Mas ele acha que esses assuntos só deverão ser discutidos pelos governadores na primeira quinzena de outubro, quando todos os governadores já tiverem oportunidade de analisar o projeto constitucional e sentir em seus estados as repercussões das propostas.

Quércia

Já o governador Orestes Quércia considerou "lamentável" e "casuístico" o novo parecer de Bernardo Cabral, manifestando-se preocupado, não apenas com a proposta de implantação do parlamentarismo e de eleições em dois turnos (com o segundo, de forma indireta), como ainda com as inúmeras disposições transitórias: "e tudo isso fortalece a minha convicção de que temos de lutar pelo presidencialismo e fazer algo para modificar propostas que dificilmente serão aceitas".

Reconhecendo que o tempo para conquistar essas modificações é pequeno, Quércia apontou alguns pontos que considerou contraditórios ou "lamentáveis falhas absurdas". Ele lembrou que uma das propostas de Cabral proíbe o acúmulo de cargos por parte de funcionários públicos, como é o caso dos secretários Luiz Antônio Fleury Filho, da Segurança, e Paulo Salvador Frontini, da Defesa do Consumidor, que não poderiam fazer parte de sua equipe, por serem promotor e procurador. No entanto, um dos dispositivos de Cabral permite que os médicos acumulem cargos, o que para Quércia é contraditório.

Ao mesmo tempo, Quércia ressaltou que outra proposta — que apelidou de "Bernardão" — se comparada à chamada lei "Marinão" — garante a estabilidade aos servidores que estiverem em um cargo diferente daquele que prestou concurso, após cinco anos. Quércia considera ainda um "retrocesso" o parecer de Cabral com relação à segurança pública, uma vez que tira das polícias militares uma série de atribuições hoje exercidas.